



Os enrosocos do casal petista

LAVAJATO Prisão do ex-ministro Paulo Bernardo preocupa partido

POR HENRIQUE BEIRANGÊ

Ex-ministro do Planejamento nos governos Lula e Dilma Rousseff, Paulo Bernardo foi preso na quinta-feira 23, acusado de ter recebido ao menos 7 milhões de reais em propinas por conta de contratos fraudados entre uma empresa de software e o Ministério do Planejamento, quando ele chefiou a pasta. De acordo com as investigações, o esquema movimentou ao menos 100 milhões de reais entre 2010 e 2015. Desse total, os valores eram divididos entre intermediários do esquema e o Partido dos Trabalhadores.

A empresa operadora da fraude, a Consist Software, era encarregada de planejar os sistemas de empréstimos bancários, por meio de crédito consignado, de servidores federais com instituições financeiras. Parte dos pagamentos da propina direcionada a Bernardo passou em contas do escritório de advocacia do ex-vereador de Americana, interior de São Paulo, Alexandre Romano, do PT. Em delação premiada, Romano confirmou a existência dos desvios.

Outra parte das propinas passou pelo escritório de advocacia de Guilherme

Gonçalves. Preso também na operação, ele foi advogado eleitoral da campanha da senadora Gleisi Hoffmann, esposa de Bernardo.

Segundo investigadores, a Consist ficava com 30% do valor total do contrato pelo serviço prestado, e o restante era destinado a propinas. Bernardo embolsava entre 2% e 9,5%, Romano ficava com 20% e o restante com o PT e intermediários. A Receita Federal afirma que o esquema ainda cobrava uma taxa de 1 real a cada operação de empréstimo, contratada pelos servidores federais. A taxa, de controle operacional, custava cerca de 30 centavos para a Consist, e os 70 centavos restantes eram distribuídos como propina.

Também foram chamados a depor o jornalista e proprietário do site Brasil 247, Leonardo Attuch, e o ex-ministro da Previdência Carlos Gabas. Durante a operação, foram realizadas buscas e apreensão na sede nacional do PT, em São Paulo. A PF levou documentos, demonstrativos e computadores. A legenda divulgou nota

EDILSON RODRIGUES/GB/D. A. PRESSE E MIGUEL SCHINCARIOL/AFP



criticando as buscas: “O Partido dos Trabalhadores condena a desnecessária, midiática, busca e apreensão realizada na sede nacional de São Paulo”. E prossegue: “Em meio à sucessão de fatos e denúncias envolvendo políticos e empresários acusados de corrupção, monta-se uma operação diversionista na tentativa renovada de criminalizar o PT”. A defesa do ex-ministro disse que não teve acesso ao conteúdo da decisão, mas que a prisão foi “ilegal”. Gabas também negou qualquer envolvimento com o esquema investigado.

Bernardo e a esposa, a senadora Gleisi Hoffmann, já haviam sido denunciados pela Procuradoria-Geral da República ao STF por recebimento de propinas ligadas às investigações da Operação Lava Jato. A senadora é acusada de receber 1 milhão de reais ilegalmente. O nome de Gleisi apareceu na delação do doleiro Alberto Youssef ao citá-la como destinatária de recursos repassados a Bernardo, a mando do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. O dinheiro teria ido para a campanha de Gleisi ao Senado em 2010.

O secretário municipal de Gestão da capital paulista, Valter Correia da Silva, também foi detido. Silva foi assessor de Bernardo no Ministério do Planejamento até 2011. O secretário assumiu o cargo em 2015 na administração de Fernando Haddad e acabou sendo exonerado após a divulgação da prisão. Ele também ocupou o cargo de secretário de Administração de São Bernardo do Campo (Grande ABC), na gestão de Luiz Marinho.

A operação que levou o ex-ministro à cadeia é derivada das investigações da 18ª fase da Operação Lava Jato, batizada de Pixuleco II. A investigação foi conduzida pela Polícia Federal de São Paulo e é a primeira encabeçada por

investigadores de fora de Curitiba com relação a contratos ligados à Petrobras.

Na decisão em que autorizou as detenções, o juiz Paulo Bueno de Azevedo afirma que as prisões preventivas são necessárias em razão do risco de os valores desviados serem alvo de novas tentativas de lavagem, pelo fato de não terem sido recuperados. “Vale lembrar que não existe apenas risco à ordem pública quando o acusado se mostra perigoso para a sociedade num sentido violento. Tal interpretação fatalmente relegaria a prisão preventiva apenas para investigados ou acusados pobres. A corrupção também representa um perigo invisível para a sociedade.”

Buscas. PF cumpriu mandados na sede nacional do PT, em SP. Militantes protestaram com cartaz de Cunha



Outro alvo da operação foi o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. O petista, embora esteja preso em Curitiba desde abril de 2015, teve outro mandado expedido pela Justiça paulista. Caso seja solto das ações que correm no Paraná, precisará se livrar também da ordem de detenção decorrente da operação desta semana em São Paulo. A investigação aponta que ele era o intermediário do PT no esquema.

Reportagem de *CartaCapital* de fevereiro deste ano revelou que a empresa Consist também firmou diversos contratos sem licitação com a administração pública em São Paulo, entre 1994 e 2012, somando mais de 100 milhões de reais. Até o momento, não se tem notícias de investigação de contratos da empresa com os governos tucanos desse período.

Há, inclusive, contratos de serviços sigilosos com a gestão de FHC. De acordo com um funcionário que trabalhou na Consist durante 20 anos, outra investida da empresa nunca totalmente esclarecida foi a implantação do Sistema de Acompanhamento às Ações Parlamentares no ambiente do Serviço Federal de Processamento de Dados Serpro, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

O programa foi implantado no gabinete do ex-presidente com a intenção de mapear os “gostos de cada parlamentar”. Segundo o funcionário da Consist, havia a suspeita de que o sistema pudesse monitorar a vida de parlamentares e servir como instrumento de controle do Congresso. A empresa, à época, informou que não iria se manifestar.

A operação, batizada de Custo Brasil, é uma ironia à expressão usualmente utilizada pelo ex-ministro com relação à burocracia e à lentidão na gestão da administração pública brasileira. •

